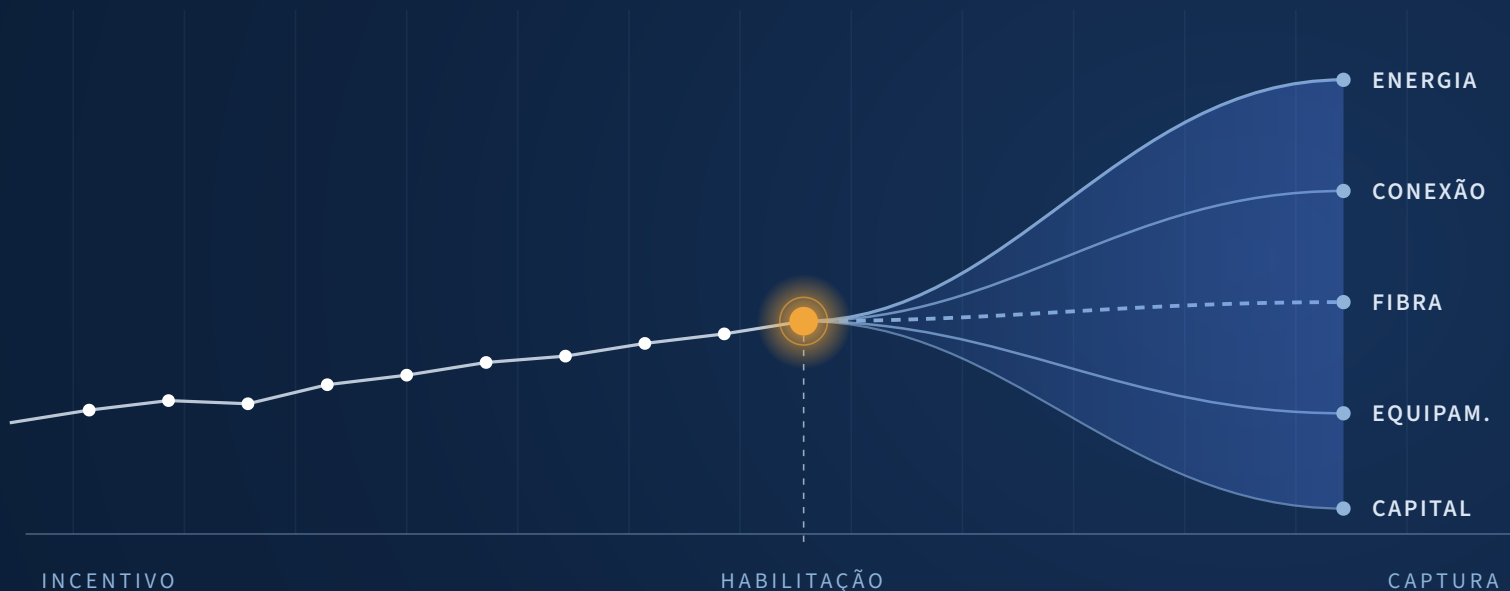


Para onde migra o valor do ReData

O incentivo pertence aos data centers, mas o valor pode migrar para quem controla energia, conexão, fibra e capital



EDUARDO MAYER FAGUNDES



BASEADO NO RADAR xTECH · EFAGUNDES.COM

Resumo executivo

A PERGUNTA

A Lei nº 15.504, de 15 de setembro de 2026, instituiu o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter — ReData — com suspensão de PIS/Pasep, Cofins, IPI e Imposto de Importação sobre bens de tecnologia destinados ao ativo imobilizado. A leitura convencional é que o benefício fica com o operador do data center. Este briefing pergunta outra coisa: **quem capturará o valor que o incentivo cria.**

A TESE

O ReData reduz o custo dos equipamentos, mas pode transferir o poder econômico dos operadores para quem controla energia firme, conexão elétrica, fibra redundante e capital de longo prazo. O incentivo pertence juridicamente ao projeto habilitado; o excedente econômico será dividido ao longo da cadeia conforme escassez, prazo, contratos e poder de negociação.

POR QUE ISSO ACONTECE

Quando muitos projetos avançam ao mesmo tempo, o benefício fiscal passa a ser disputado por cinco canais: energia e conexão, fibra e latência, equipamentos críticos, capital e conformidade. Com Selic real de 9,60% a.a. e o título norte-americano de dez anos a 5%, quem oferece receita firme e capital paciente ganha poder relativo.

O QUE A SIMULAÇÃO MOSTRA

No investment case de um módulo edge de 2 MW, com premissas declaradas, só o cenário que combina benefício fiscal e cliente âncora contratado supera o WACC de 14,1%. O incentivo muda a TIR em cerca de três pontos; a ausência de demanda contratada custa mais de sete. A distância entre projeto anunciado e projeto financiável é de contrato, não de execução.

O QUE FAZER AGORA

Converter intenções em direitos contratuais sobre energia, conexão, terreno e equipamentos antes da escassez — sem compromissos irreversíveis antes da regulamentação — e montar desde já a trilha de evidências de energia elegível, WUE e P&D que condiciona o benefício.

O QUE INVALIDARIA A LEITURA

Adesão fraca ao regime, oferta ampla de conexão e equipamentos, queda do custo de capital antes das contratações ou revisão dos incentivos. O capítulo 9 lista os fatos que derrubam a tese e o quadro que o próximo ciclo vai reavaliar.

Sumário

1	A pergunta do ciclo	3
2	Restrições quantitativas do ciclo	4
3	Mapa de captura de valor	5
4	Hipóteses falsificáveis	7
5	Simulação de decisão	8
6	Cenários de captura	10
7	Riscos e gatilhos	11
8	Decisões a avaliar agora	13
9	Teste de falseamento	14
	Nota metodológica e limites	15
	Referências	16
	Leituras relacionadas	17

CONVENÇÃO EDITORIAL

Dado — séries, cotações e fatos verificáveis, com data e fonte. **Leitura** — diagnóstico decisório do think tank, com premissas declaradas e sujeito aos limites da nota metodológica. Cada figura traz o rótulo correspondente.

CAPÍTULO 1 — A PERGUNTA DO CICLO

Quem fica com o valor que o incentivo cria

PERGUNTA ECONÔMICA

Quem capturará o valor criado pelo ReData: operadores de data centers, empresas de energia, proprietários de conexão, fornecedores de equipamentos, telecomunicações ou financiadores?

A Lei nº 15.504/2026 entrou em vigor na data de sua publicação. O regime prevê suspensão de PIS/Pasep, Cofins, PIS/Pasep-Importação, Cofins-Importação, IPI e Imposto de Importação sobre componentes eletrônicos e outros produtos de tecnologia destinados ao ativo imobilizado dos beneficiários, nas condições da lei e dos atos posteriores do Poder Executivo.

A leitura convencional é que o benefício fica com o operador do data center. A leitura deste ciclo é outra.

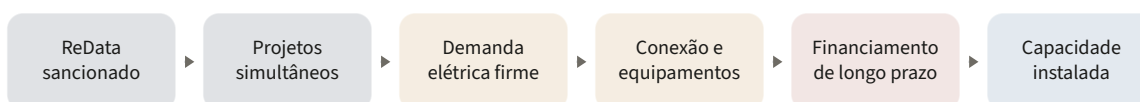
TESE DO CICLO · CONTRÁRIA AO CONSENSO

O ReData reduz o custo dos equipamentos, mas pode transferir o poder econômico dos operadores de data centers para quem controla energia firme, conexão elétrica, fibra redundante e capital de longo prazo.

O incentivo pertence juridicamente ao projeto habilitado. O excedente econômico será dividido ao longo da cadeia conforme escassez, prazo, contratos e poder de negociação. A transferência ocorre por cinco canais: **energia e conexão**, porque a carga digital precisa de potência, qualidade e prazo compatíveis com a implantação; **fibra e latência**, porque capacidade sem rotas redundantes perde valor comercial; **equipamentos críticos**, porque transformadores, UPS, proteção e refrigeração determinam o cronograma real; **capital**, porque juros, câmbio e qualidade dos contratos selecionam quais anúncios chegam ao fechamento financeiro; e **conformidade**, porque habilitação, energia elegível, WUE e P&D condicionam o benefício.

Cadeia decisória do ciclo LEITURA

O benefício atua apenas no primeiro elo. Cada elo seguinte tem dono, prazo e preço próprios — e é onde o excedente pode ser retido.



O incentivo atua no custo tributário; o resultado depende dos quatro elos seguintes.

Figura 1 — Cadeia decisória do ReData, do incentivo à capacidade instalada

CAPÍTULO 2 — RESTRIÇÕES QUANTITATIVAS DO CICLO

O ambiente que seleciona quais projetos chegam ao fechamento

Nenhum incentivo fiscal neutraliza custo de capital, câmbio de reposição ou preço de insumo elétrico. Estes são os parâmetros datados que entram no investment case como variáveis, não como constantes.

USD/BRL R\$ 5,1447 câmbio de reposição de Capex importado	SELIC REAL 9,60% a.a. restrição estrutural do project finance	TREASURY 10 ANOS 5,0% encarece toda captação externa
BRENT US\$ 99,29 +5,88% em 30 dias · pressiona o PLD	PLD R\$ 68,52/MWh bandeira amarela acionada	COBRE US\$ 6,6915/lb +3,58% em 30 dias · condutores e subestação

Insumos da infraestrutura digital — variação em 30 dias DADO

Energia e metais de rede sobem; a cadeia de baterias e metais críticos recua. O sinal favorece quem controla despacho e condutores, e pressiona quem compra equipamento importado com prazo longo.

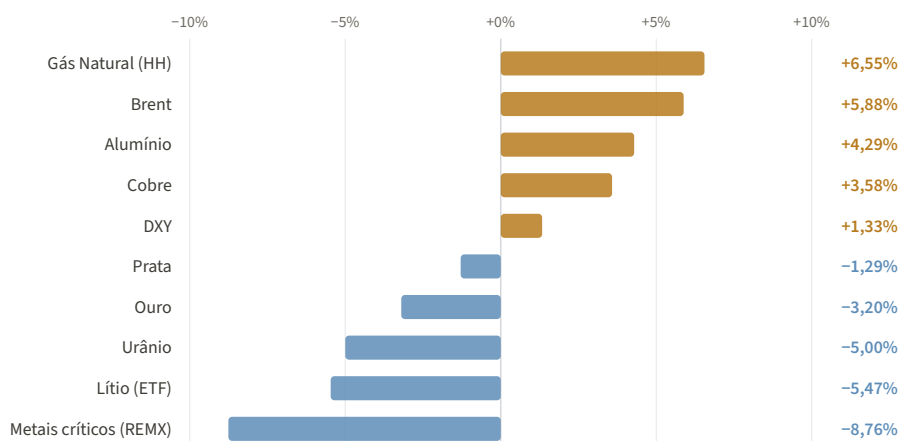


Figura 2 — Variação de 30 dias. Fonte: BCB PTAX, BCB SGS, yfinance, CCEE e ANEEL, consolidados em 20-09-2026; metais críticos e lítio por ETF proxy

MECANISMO DE TRANSMISSÃO

Com a Selic real em 9,60% a.a. e o título soberano norte-americano de dez anos a 5%, nenhum projeto intensivo em capital sustenta viabilidade dependendo exclusivamente de receita merchant. O retorno exigido desloca a decisão para contratos regulados de longo prazo ou PPAs indexados com contrapartes de crédito sólido. Compras com prazo de entrega superior a 120 dias devem passar por sensibilidade conjunta de câmbio, cobre, frete, lead time e obsolescência.

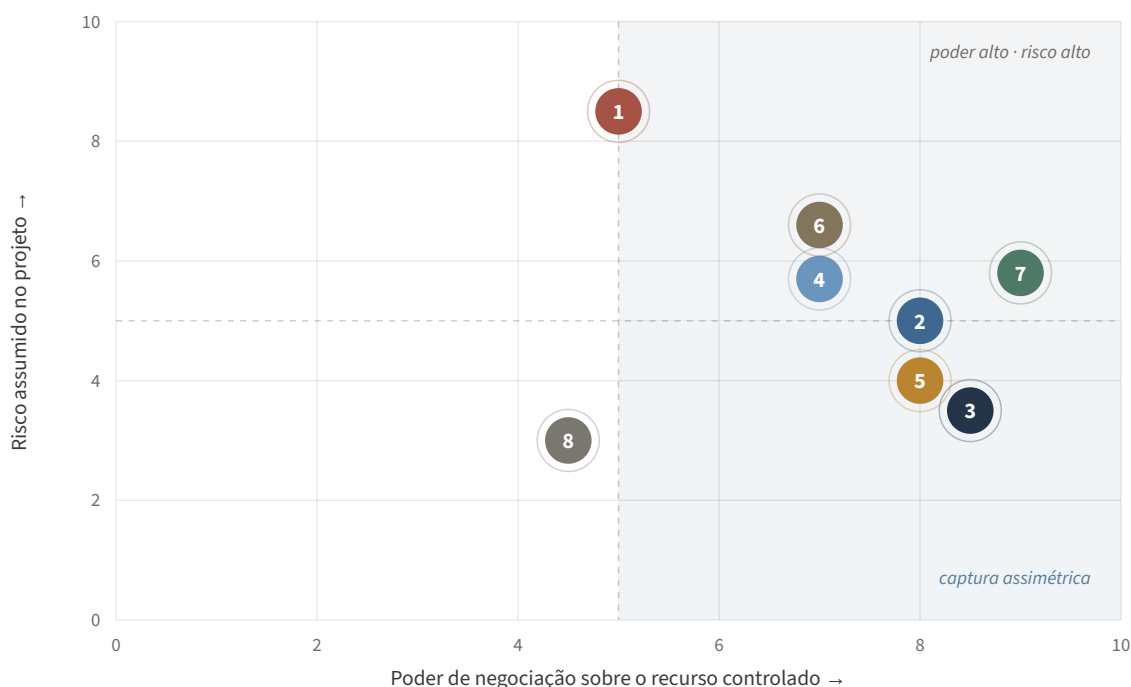
CAPÍTULO 3 — MAPA DE CAPTURA DE VALOR

Quem controla o quê, com quanto poder e contra qual risco

O operador continua no centro do projeto, mas não retém sozinho o benefício. A captura depende de contratos firmados antes da escassez, da possibilidade de substituir fornecedores e do custo do atraso.

Poder de negociação × risco assumido LEITURA

Quanto mais à direita e mais abaixo, maior a assimetria a favor do agente: poder alto sobre um recurso escasso, com risco de execução transferido a terceiros. O operador do data center ocupa a posição inversa.



- 1 Operador de data center
- 2 Geradora / comercializadora
- 3 Transmissora / distribuidora
- 4 Operadora de telecom
- 5 Fornecedor elétrico
- 6 Terreno habilitado
- 7 Financiador
- 8 ICT / universidade

Figura 3 — Mapa de captura de valor. Escores ordinais atribuídos pelo think tank a partir da estrutura contratual típica do setor; comparáveis apenas entre si

Agente	Recurso controlado	Como captura valor	Poder potencial	Principal risco
Operador de data center	Capacidade computacional e operação	Colocation, nuvem e processamento	Médio	Capacidade ociosa e execução
Geradora / comercializadora	Energia elegível e contratos	PPA, autoprodução e flexibilidade	Alto onde há escassez	Regra, conexão e crédito do cliente

Agente	Recurso controlado	Como captura valor	Poder potencial	Principal risco
Transmissora / distribuidora	Acesso físico à rede	Tarifas reguladas e expansão	Alto, porém regulado	Prazo de reforços e licenciamento
Operadora de telecom	Fibra, dutos, rotas e PoPs	Conectividade, interconexão e edge	Alto em rotas críticas	Demanda insuficiente e concentração
Fornecedor elétrico	Equipamentos e capacidade fabril	Venda, integração e manutenção	Alto no curto prazo	Ciclo de encomendas e câmbio
Proprietário de terreno habilitado	Localização, acesso e licenças	Locação, built-to-suit e valorização	Alto em polos restritos	Ativo específico sem ocupação
Financiador	Capital de longo prazo	Spread, garantias e participação	Alto com juros elevados	Atraso, refinanciamento e execução
ICT / universidade	Capacidade de P&D elegível	Projetos e parcerias tecnológicas	Médio	Aderência regulatória e entrega

Tabela 1 — Recursos, formas de captura e riscos por agente da cadeia

Para onde vai o alívio tributário — cenário de gargalos

LEITURA

Decomposição ilustrativa em unidades de Capex. O alívio bruto é real; o quanto dele permanece com o operador depende de quanto a cadeia consegue reprecificar entre a habilitação e a energização.

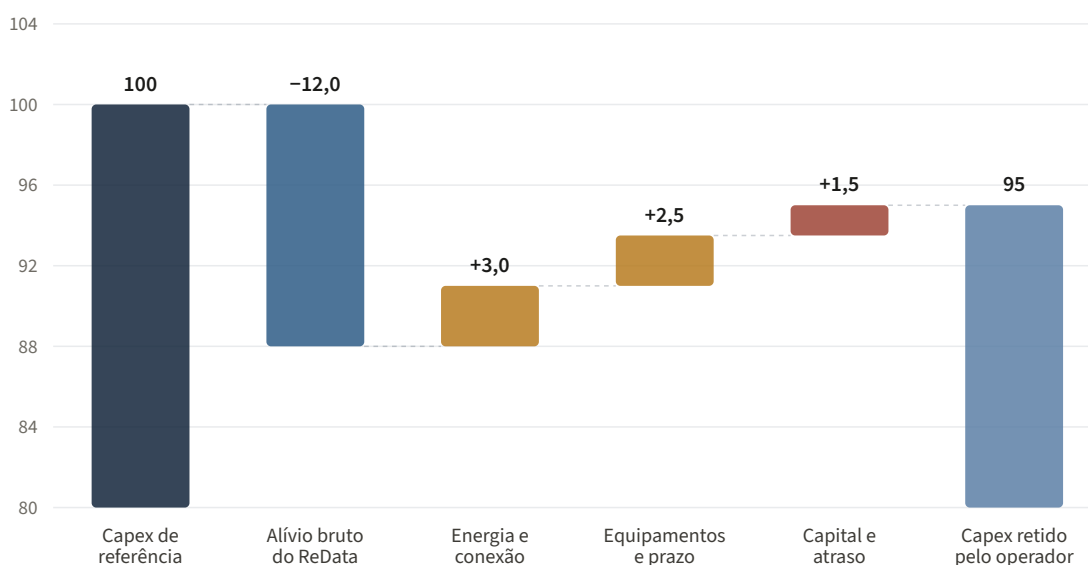


Figura 4 — Valores ilustrativos do Cenário 2. A economia tributária efetiva deve ser apurada item a item, contra a lista oficial de bens

CAPÍTULO 4 — HIPÓTESES FALSIFICÁVEIS

Julgamentos-chave e grau de confiança

Inteligência estratégica se distingue de opinião por declarar o que a invalidaria. Cada julgamento abaixo carrega seu grau de confiança; o capítulo 9 lista os fatos que derrubam a tese.

J1	A sanção reduz a incerteza legislativa, mas a regulamentação ainda condiciona a execução dos benefícios.		Alta
J2	Energia de baixa emissão e eficiência hídrica passaram a integrar a arquitetura econômica do projeto.		Alta
J3	A aceleração simultânea de projetos aumenta o poder de negociação de fornecedores com capacidade física disponível.		Média
J4	Operadores regionais de telecom podem capturar parte do valor combinando fibra, energia, terreno e cliente âncora.		Média
J5	O mercado poderá reprecificar empresas que converterem esses ativos em receita contratada de infraestrutura.		Baixa a média

Evidências favoráveis à tese

- A lei está sancionada e vigente, com suspensão tributária ampla sobre bens de ativo imobilizado.
- Sustentabilidade virou condição econômica: energia de baixa emissão, WUE de até 0,05 L/kWh e 2% em P&D condicionam o benefício.
- Selic real de 9,60% a.a. e Treasury de dez anos a 5% elevam o valor relativo de quem oferece capital e receita firme.
- Brent em alta de 5,88% em 30 dias e bandeira amarela sustentam o preço da energia e o valor do despacho flexível.
- Cobre e alumínio em alta pressionam o custo de conexão, subestação e condutores.

Evidências contrárias e variáveis desconhecidas

- A lista de bens beneficiados ainda não foi publicada — a economia por item é indeterminada.
- A capacidade elétrica disponível nos locais escolhidos não é pública projeto a projeto.
- Curtailment e pedidos de conexão são grandezas distintas e vêm sendo tratados como se fossem a mesma.
- A informação preliminar sobre encargo de BESS permanece sob verificação e não é norma vigente.
- Se a adesão ao regime for baixa, não há simultaneidade suficiente para gerar escassez — e a tese não se realiza.

CAPÍTULO 5 — SIMULAÇÃO DE DECISÃO

Investment case de um módulo edge regional de 2 MW

A simulação existe para testar a tese contra números, não para prever retorno. As premissas são editáveis e declaradas; nenhuma cotação de fornecedor foi usada. O objetivo é mostrar em que ponto o benefício fiscal deixa de compensar o custo de capital.

Premissa	Valor adotado	Observação
Capacidade de TI	2,0 MW	módulo edge regional, expansível
Capex de referência	R\$ 78 milhões	R\$ 39 mi/MW de TI — sem cotação de fornecedor
Alívio ReData no cenário-base	≈ 12% do Capex	aplicado só sobre a parcela de bens elegíveis; a apurar item a item
Ocupação madura	70%	com cliente âncora contratado
Preço de colocation	R\$ 750 / kW / mês	energia tratada como repasse ao cliente
Receita de conectividade	R\$ 1,8 milhão / ano	trânsito IP, backhaul e cross-connect
Opex ex-energia	R\$ 4,6 milhões / ano	O&M, pessoal, seguro e manutenção
PUE / WUE de projeto	1,35 / ≤ 0,05 L/kWh	WUE a demonstrar por medição anual
Estrutura de capital	60% dívida / 40% capital próprio	dívida a CDI + 3,5% a.a.
WACC nominal	14,1% a.a.	derivado da Selic de 13,75% e do custo de equity assumido

Tabela 2 — Premissas editáveis do módulo edge regional

TIR desalavancada por cenário, contra o WACC de referência LEITURA

Com as premissas declaradas, apenas o cenário com benefício fiscal e cliente âncora contratado supera o custo de capital.

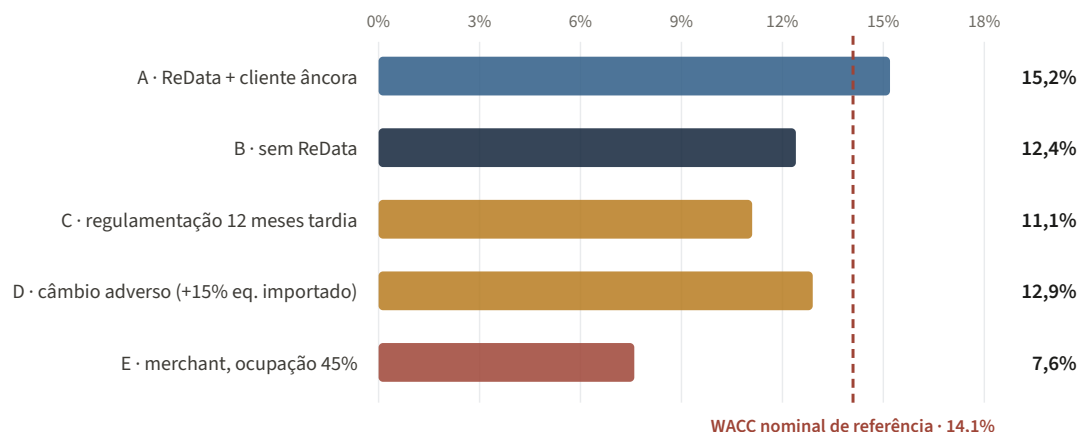


Figura 5 — Horizonte de dez anos com valor terminal; energia como repasse ao cliente; sem ganho de múltiplo na saída

Cenário		TIR desalav.	DSCR mín.	Veredito
A	ReData + cliente âncora (70% de ocupação)	15,2%	1,42	Aprova
B	Sem ReData, mesma ocupação	12,4%	1,18	Marginal
C	Regulamentação 12 meses mais tarde	11,1%	1,05	Reprovado
D	Câmbio adverso: +15% no equipamento importado	12,9%	1,21	Marginal
E	Merchant, ocupação de 45%	7,6%	0,72	Reprovado

Tabela 3 — Sensibilidade do investment case

O que a simulação mostra. A distância entre o cenário A e o cenário E não é de execução operacional: é de contrato. O que separa um projeto financiável de um projeto anunciado é a existência de receita contratada antes da ordem de compra irreversível. O benefício fiscal muda a TIR em cerca de três pontos; a ausência de cliente âncora muda em mais de sete.

Consequência para a governança do projeto. O primeiro marco não é a compra dos módulos. É a contratação de demanda verificável, com medição de latência, volume, criticidade, prazo e qualidade de crédito. Nenhuma ordem de compra irreversível antes de comprovar demanda, energia, conexão e enquadramento regulatório.

CAPÍTULO 6 — CENÁRIOS DE CAPTURA

Três divisões possíveis do excedente

Os três cenários não diferem na existência do benefício, que é lei. Diferem em quem fica com ele.

CENÁRIO 1

Operadores preservam o benefício

O Executivo publica os atos necessários, a cadeia responde sem escassez relevante e os projetos coordenam terreno, energia, conexão, fornecedores e clientes sem forte reprecificação.

EFEITO DOMINANTE	Formação acelerada de uma cadeia nacional de infraestrutura digital.
VENCEDORES PROVÁVEIS	Projetos maduros, utilities preparadas, fornecedores com capacidade reservada e financiadores especializados.
DECISÃO A AVALIAR	Converter memorandos e intenções em direitos contratuais sobre os recursos críticos.

CENÁRIO 2

Gargalos capturam parte do benefício

A regulamentação avança, mas conexão, equipamentos, fibra e capital limitam o número de projetos executáveis. Preços, garantias e prazos transferem parte do ganho para fornecedores e financiadores.

EFEITO DOMINANTE	Concentração em operadores com balanço forte, demanda contratada e capacidade de coordenação.
VENCEDORES PROVÁVEIS	Plataformas consolidadas, fornecedores integrados e regiões com infraestrutura disponível.
DECISÃO A AVALIAR	Priorizar projetos por maturidade física e financeira, não pelo valor anunciado.

CENÁRIO 3

A opção de esperar ganha valor

Atos complementares demoram, critérios permanecem pouco claros ou o custo do capital continua elevado. Projetos são adiados, redimensionados ou deslocados.

EFEITO DOMINANTE	A janela legal permanece aberta, mas a capacidade instalada cresce abaixo das expectativas.
VENCEDORES PROVÁVEIS	Operadores capazes de esperar, adquirir ativos reprecificados ou adaptar projetos gradualmente.
DECISÃO A AVALIAR	Preservar opções e evitar compromissos irreversíveis antes da definição dos elementos críticos.

CAPÍTULO 7 — RISCOS E GATILHOS

O que observar, e em que janela

Risco	Como se transmite	Consequência possível	Horiz.	Confiança
Regulamentação tardia ou complexa	Habilitação, bens elegíveis e comprovação permanecem indefinidos	Postergação da decisão final de investimento	H1	Alta
Conexão elétrica insuficiente	Projetos concentram demanda onde há pouca capacidade disponível	Atraso, mudança de local ou custo adicional	H1-H2	Média
Equipamentos com longo prazo de entrega	Expansão simultânea pressiona fornecedores críticos	Cronograma e orçamento deteriorados	H1-H2	Média
Funding incompatível com o ativo	Juros altos e exposição cambial reduzem viabilidade	Redimensionamento ou cancelamento	H1-H2	Alta
Comprovação ambiental inadequada	Energia, água ou indicadores não atendem à regulamentação	Perda, suspensão ou devolução de benefícios	H1-H2	Alta
Benefício usado como substituto da demanda	Projeto avança sem contrato ou utilização esperada	Capacidade ociosa e retorno inferior	H2	Média
Decisão antes de ato formal sobre BESS	Modelo é fechado antes da regra de alocação de custos	Economia do projeto inconsistente	H1	Alta

Tabela 4 — Mapa de riscos do ciclo

Janela de observação dos gatilhos LEITURA

Os gatilhos regulatórios se resolvem cedo e barato; os físicos e financeiros, tarde e caro. Quem decide antes de G1 e G2 compra incerteza; quem espera além de G4 e G5 compra escassez.

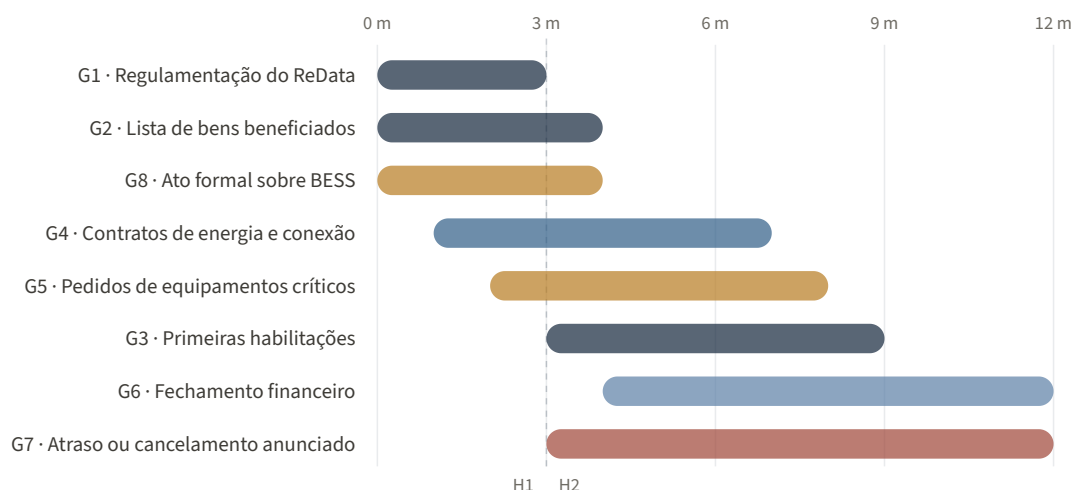


Figura 6 — Janelas estimadas de observação, em meses a partir do ciclo

Gatilho		Evidência a observar	Interpretação
G1	Regulamentação do ReData	Decreto, portaria ou instrução sobre habilitação e compromissos	Reduz incerteza de execução
G2	Lista de bens beneficiados	Ato do Poder Executivo com os produtos elegíveis	Permite recalcular Capex e cadeia de fornecedores
G3	Primeiras habilitações	Decisões da Receita Federal e anúncios verificáveis	Indica que o regime entrou em fase operacional
G4	Contratos de energia e conexão	PPAs, autoprodução, pareceres de acesso e contratos de rede	Mostra quais projetos asseguraram a base física
G5	Pedidos ou entregas de equipamentos	Encomendas de transformadores, UPS, refrigeração e geração de reserva	Antecipa o cronograma real de implantação
G6	Fechamento financeiro	Financiamentos, emissões ou entrada de investidores	Separa intenção de projeto financiável
G7	Alteração, atraso ou cancelamento	Comunicado que cite energia, licença, equipamento ou funding	Confirma a materialidade dos gargalos
G8	Ato formal sobre BESS	Consulta ou norma da ANEEL sobre custos e remuneração	Altera a economia da flexibilidade

Tabela 5 — Gatilhos de monitoramento

CAPÍTULO 8 — DECISÕES A AVALIAR AGORA

Decisões por posição na cadeia

Operadores e investidores de data center

- Mapear dependências regulatórias antes de incorporar o benefício ao valuation.
- Assegurar opções sobre terreno, energia, conexão e equipamentos sem antecipar compromissos irreversíveis.
- Testar o projeto contra atraso regulatório, alta de juros, câmbio e extensão do cronograma.
- Preparar desde já a trilha de evidências de energia, WUE, sustentabilidade e P&D.

Empresas de energia e infraestrutura

- Identificar polos com demanda digital provável e capacidade de conexão verificável.
- Estruturar ofertas integradas de energia de baixa emissão, confiabilidade, medição e flexibilidade.
- Reservar capacidade de engenharia e suprimento apenas contra sinais comerciais consistentes.
- Evitar projeções de carga baseadas exclusivamente em anúncios de investimento.

Fornecedores de tecnologia e engenharia

- Verificar se produtos e serviços poderão integrar as listas regulamentares.
- Preparar documentação técnica e fiscal para habilitação ou coabilitação.
- Revisar prazos de entrega e exposição cambial dos componentes importados.
- Desenvolver ofertas modulares que permitam implantação por etapas.

Financiadores

- Separar benefício fiscal potencial de fluxo de caixa comprovável.
- Exigir evidência de conexão, energia, demanda contratada e fornecimento crítico.
- Incorporar obrigações ambientais e tecnológicas aos covenants.
- Avaliar funding local, instrumentos de infraestrutura e proteção cambial em conjunto.

Matriz de conformidade cumulativa

Os compromissos da lei são cumulativos: o descumprimento de um deles afeta a manutenção do benefício, não apenas a reputação do projeto. A trilha de evidências deve existir antes da primeira aquisição com benefício fiscal.

☐ Habilitação e regularidade fiscal do beneficiário

☐ Produtos elegíveis, com incorporação ao ativo imobilizado

☐ 10% do fornecimento efetivo destinado ao mercado interno, ou alternativa legal aplicável

☐ Energia integralmente proveniente de fontes renováveis ou de baixa emissão

☐ WUE de até 0,05 L/kWh, aferido anualmente

☐ Aplicação de 2% do valor dos bens beneficiados em pesquisa, desenvolvimento e inovação

☐ Relatório de sustentabilidade, auditoria e rastreabilidade dos compromissos

☐ Mapeamento das consequências tributárias e administrativas do descumprimento

CAPÍTULO 9 — TESTE DE FALSEAMENTO

O que invalida esta tese

A leitura deste ciclo perderá força se ocorrer uma combinação relevante dos fatos abaixo. O próximo ciclo reavalia cada um deles explicitamente.

- ✗ O ReData não produzir adesão material de novos projetos.
- ✗ Houver disponibilidade ampla de conexão e equipamentos, sem pressão sobre prazos ou custos.
- ✗ O custo do capital cair antes das principais contratações.
- ✗ A expansão dos data centers não gerar pressão mensurável sobre a infraestrutura elétrica.
- ✗ Os incentivos forem revistos, restringidos ou revogados.
- ✗ Projetos relevantes avançarem sem dificuldade para coordenar energia, infraestrutura e funding.

Quadro de controle para o próximo ciclo

Pergunta	Estado neste ciclo
A regulamentação de habilitação foi publicada?	Pendente
A lista de bens beneficiados foi definida?	Pendente
Há primeiras habilitações verificáveis?	Não identificadas neste ciclo
Projetos anunciaram energia e conexão contratadas?	Monitorar
Houve fechamento financeiro verificável?	Monitorar
Surgiram atrasos atribuídos a energia, equipamento ou capital?	Monitorar
A ANEEL formalizou discussão sobre custos de BESS?	Não confirmado — não tratar como regra vigente

Tabela 6 — Quadro de controle

Nota metodológica e limites

Este briefing distingue fatos legais e públicos de leituras estratégicas do Radar xTech. A instituição do ReData e suas condições legais foram confirmadas na Lei nº 15.504/2026. As projeções sobre disputa por energia, conexão, equipamentos e capital são leituras baseadas na convergência dos sinais do ciclo e não representam resultado inevitável.

Os escores do mapa de captura, a decomposição do alívio tributário e o investment case são construções analíticas com premissas declaradas, destinadas a tornar o mecanismo testável. Não são previsão, recomendação de investimento nem parecer jurídico: são análise técnica, oferecida como base para discussão. Indicadores e estimativas do relatório-fonte que carecem de fonte direta, data, janela de medição ou metodologia não foram reproduzidos. A informação preliminar sobre eventual encargo de BESS permanece sob verificação e não foi tratada como norma.

PREMISSAS QUE EXIGEM CONFIRMAÇÃO ANTES DO INVESTMENT CASE

- Cotação, data e fonte da Selic real, do Treasury de dez anos, do USD/BRL, do cobre, do Brent e do PLD.
- Capacidade elétrica disponível no ponto do projeto e prazo aplicável ao processo de acesso.
- Extensão e causa do curtailment relevante — sem confundir pedidos de conexão com energia vertida.
- Lista de bens e procedimentos regulamentares do ReData, e economia tributária efetiva por item.
- Elegibilidade para debêntures de infraestrutura, FI-Infra ou CRI, e comparáveis usados no múltiplo de avaliação.

COMO ESTE BRIEFING FOI PRODUZIDO

O ciclo segue o método descrito em *Antes do Sinal Vermelho*: base auditada de sinais, separação entre dado e leitura, e quatro passagens distintas — analista de evidências, estrategista, comitê adversarial e editor executivo —, para que a tese não seja gerada e validada na mesma etapa. Ciclo de 20 de setembro de 2026.

Referências

B3. **Regime Fácil:** facilitação do acesso de companhias de menor porte ao mercado de capitais. São Paulo: B3, 2025. Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/b3-acelera-inclusao-de-companhias-de-menor-porte-no-mercado-de-capitais-com-regime-facil.htm. Acesso em: 20 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.801, de 9 de janeiro de 2024.** Dispõe sobre as debêntures de infraestrutura. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114801.htm. Acesso em: 20 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.504, de 15 de setembro de 2026.** Institui o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (ReData). Brasília, DF: Presidência da República, 2026. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/115504.htm. Acesso em: 20 set. 2026.

FAGUNDES, Eduardo Mayer. **Antes do sinal vermelho:** sete movimentos para antecipar as mudanças que afetam sua empresa e decidir com inteligência artificial. São Paulo: efagundes.com, 2026. E-book. Disponível em: https://efagundes.com/wp-content/uploads/2026/09/eBook_Antes_do_Sinal_Vermelho_Eduardo_Mayer_Fagundes_2026.pdf. Acesso em: 20 set. 2026.

FAGUNDES, Eduardo Mayer. **Cidade pronta para datacenters:** da promessa à evidência: governança e tração para atrair investimento. São Paulo: efagundes.com, 2026. E-book. Disponível em: <https://efagundes.com/wp-content/uploads/2026/03/playbook-Datacenter-Design-Lab-Eduardo-M-Fagundes.pdf>. Acesso em: 20 set. 2026.

RADAR XTECH. **Pulso de câmbio e commodities:** indicadores quantitativos de mercado, semana 38. São Paulo: efagundes.com, 2026. Base de dados: BCB PTAX, BCB SGS, yfinance, CCEE e ANEEL. Disponível em: <https://efagundes.com/radar-xtech/>. Acesso em: 20 set. 2026.

Leituras relacionadas

Dois e-books do think tank tratam do mesmo tema por ângulos complementares: o território que disputa os projetos e o método que produz este briefing.



O LADO DA OFERTA TERRITORIAL

Cidade Pronta para Datacenters

Da promessa à evidência: governança e tração para atrair investimento

Como um município substitui promessa por evidência na atração de datacenters: data room municipal, stress test, KPIs, gatilhos e um MVP em 90 dias. É a outra ponta da disputa descrita aqui — terreno habilitado, energia e conexão.

<https://efagundes.com/wp-content/uploads/2026/03/playbook-Datacenter-Design-Lab-Eduardo-M-Fagundes.pdf>



O MÉTODO POR TRÁS DO BRIEFING

Antes do Sinal Vermelho

Sete movimentos para antecipar as mudanças que afetam sua empresa e decidir com inteligência artificial

Os sete movimentos e as doze regras do Radar Temático que produz este ciclo, com prompts prontos e fichas de trabalho. Explica por que a pressão que mais ameaça a empresa raramente nasce no próprio setor.

https://efagundes.com/wp-content/uploads/2026/09/eBook_Antes_do_Sinal_Vermelho_Eduardo_Mayer_Fagundes_2026.pdf



EFAGUNDES.COM

O benefício é do projeto. O excedente é de quem controla o gargalo.

Este briefing troca a descrição da Lei nº 15.504/2026 por uma pergunta econômica: quem fica com o valor que o ReData cria. Traz a tese do ciclo, o mapa de captura de valor entre oito agentes da cadeia, um investment case com premissas editáveis, três cenários, oito gatilhos de monitoramento e os fatos que invalidariam a leitura.

A matéria-prima vem da Base Multissetorial de Inteligência Estratégica do Radar xTech, com dados de câmbio, juros, commodities e setor elétrico datados na fonte.

Porque o valor raramente fica onde o incentivo é concedido.

EFAGUNDES.COM · TECH & ENERGY THINK TANK

Think tank de tecnologia e energia em atividade desde 1996, dedicado à inteligência estratégica aplicada à decisão empresarial.

É liderado por Eduardo Mayer Fagundes, engenheiro eletricista com mestrado em Ciência da Computação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Foi gerente de sistemas e infraestrutura de TI da Ford South America e CIO da AES Eletropaulo, com atuação em projetos na Argentina, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Alemanha, na Itália e na Índia. É fundador e CEO da nMentors Engenharia, consultoria que atua em energia, automação, inteligência artificial aplicada e infraestrutura crítica.

O think tank publica o Radar xTech, briefing estratégico sobre as cinco frentes — DeepTech, EnergyTech, FinTech, CleanTech e AgTech —, com cenários, gatilhos de monitoramento e track record aberto.

<https://efagundes.com>

<https://efagundes.com/radar-xtech/>

<https://efagundes.com/contato/>